

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 149/2022 REGISTRO DE PREÇOS

A Fundação Estadual de Inovação em Saúde – iNOVA Capixaba, doravante denominada de Fundação iNOVA Capixaba, realizará licitação, na modalidade "Pregão Eletrônico", sob o critério “menor preço por lote”, por meio do site: [www.compras.es.gov.br](http://www.compras.es.gov.br), para **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E OUTROS**, conforme **Processo nº 2022-QKV20**, devidamente aprovado pela autoridade competente. O Pregão será realizado por Pregoeiro e Equipe de Apoio, designados pelo Ato Administrativo 001/2022, datado de 28/06/2022, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente da Lei nº 8.666/1993, do Decreto Estadual nº 1.790-R/2007, do Decreto Estadual nº 2.458-R/2010, bem como pelas demais normas pertinentes e condições estabelecidas no presente Edital.

**ESTA LICITAÇÃO CONTA COM PARTICIPAÇÃO AMPLA PARA OS LOTES 01, 04 e 06, E PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE OU EQUIPARADAS PARA OS LOTES 02, 03, 05, 07 E 08.**

### 1 - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 - A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada por meio da internet, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.

1.2 - Os trabalhos serão conduzidos pelo Pregoeiro designado, por inserção e monitoramento de dados inseridos no aplicativo “Sistema Integrado de Gestão Administrativa – SIGA”, no endereço [www.compras.es.gov.br](http://www.compras.es.gov.br), conforme indicado abaixo:

INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: **09:00 horas do dia 16/11/2022.**

LIMITE PARA ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: **08:59 horas do dia 29/11/2022.**

ABERTURA DAS PROPOSTAS: **09:00 horas do dia 29/11/2022.**

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: **10:00 horas do dia 29/11/2022.**

1.3 - Integram este Edital os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência

Anexo II – Modelos do Edital

Anexo III – Exigências de Habilitação

Anexo IV – Minuta de Ata de Registro de Preços

### 2 - DO OBJETO

2.1 - O objeto deste Pregão é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E OUTROS**, conforme especificações do Anexo I do presente Edital.

2.2 - O recebimento do objeto se dará na forma estabelecida no Anexo I do presente Edital e no instrumento contratual.

### **3 - DOS ORGÃOS PARTICIPANTES**

3.1 - A Fundação iNOVA Capixaba será responsável pelo gerenciamento, orientação e controle do presente sistema de registro de preços.

3.2 - Participam deste certame a Fundação iNOVA Capixaba, bem como as Unidades Hospitalares cuja prestação dos serviços de saúde seja de sua responsabilidade.

3.3 - Fica facultada a adesão de outros órgãos interessados ao presente sistema de registro de preços, durante a sua vigência, desde que autorizado pelo órgão gerenciador e mediante aceitação de fornecimento pelo licitante beneficiário da Ata de Registro de Preços, tudo em conformidade com os critérios estabelecidos no art. 17 do Decreto Estadual 1.790/2007.

### **4 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA E DOS CONTRATOS**

4.1 - O prazo de vigência dessa Ata de Registro de Preços é de 01 (um) ano, contado do dia posterior à data de sua publicação no Diário Oficial, vedada a sua prorrogação.

4.2 - O prazo de vigência das contratações decorrentes desse registro de preços apresentará como termo inicial o recebimento da ordem de fornecimento e como termo final o recebimento definitivo dos produtos pela Fundação, observados os limites de prazo de entrega fixados no Anexo I, e sem prejuízo para o prazo mínimo de garantia e validade dos produtos adquiridos.

### **5 - DA ESTIMATIVA DE QUANTITATIVOS**

5.1 - A estimativa de consumo máximo obedecerá ao disposto no Anexo I.

5.2 - A existência de preços registrados não obrigará a Fundação a firmar contratações que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica ou a contratação direta para a aquisição pretendida nas hipóteses previstas na Lei 8.666/1993, mediante fundamentação, assegurando-se ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

### **6 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

6.1 - Os recursos necessários ao pagamento das despesas inerentes a este Contrato correrão do orçamento da Fundação iNOVA Capixaba - Matriz e filiais para o exercício de 2022.

### **7 - DO PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS**

7.1 - O prazo de validade das propostas será de 120 (cento e vinte) dias corridos, contados da data limite para seu acolhimento, conforme indicado neste edital.

### **8 - DO RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO**

8.1 - O licitante deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da proposta, atentando também para a data e horário fixados para início da disputa.

### **9 - DA REFERÊNCIA DE TEMPO**

9.1 - Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública

observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

## **10 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

10.1 - Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos.

10.1.1. - Em relação aos Lotes 02, 03, 05, 07 e 08, a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas.

10.1.1.1 - Quando for o caso, a comprovação da condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada poderá ser apresentada à época da contratação e será feita na forma do Anexo III – Exigências para Habilitação.

10.2 - Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo, interessados que se enquadrarem em uma ou mais das situações a seguir

a) estejam constituídos sob a forma de consórcio;

b) estejam cumprindo a as penalidades previstas no artigo 87, inciso III, da Lei Federal nº. 8.666/93 e no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02, observada a extensão dos efeitos atribuídos pelo ente ou órgão sancionador, se diverso do Espírito Santo;

c) estejam cumprindo a penalidade prevista no art. 87, IV, da Lei 8.666/1993, ainda que impostas por ente federativo diverso do Espírito Santo;

d) estejam sob falência, dissolução ou liquidação;

d.1) Caso a licitante se encontre em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser apresentada na fase de Habilitação a sentença homologatória do plano de recuperação judicial;

e) não cumpram o disposto no art. 9º da Lei nº 8.666/93 e alterações.

## **11 - DO REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME**

11.1 - O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

11.1.1 - Coordenar o processo licitatório.

11.1.2 - Receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração.

11.1.3 - Conduzir a sessão pública na internet.

11.1.4 - Verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório.

11.1.5 - Dirigir a etapa de lances.

11.1.6 - Verificar e julgar as condições de habilitação.

11.1.7 - Receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade

competente quando mantiver sua decisão.

11.1.8 - Indicar o vencedor do certame.

11.1.9 - Adjudicar o objeto, quando não houver recurso, sendo que, em havendo recursos, competirá ao ordenador de despesas a adjudicação.

11.1.10 - Conduzir os trabalhos da equipe de apoio.

11.1.11 - Encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

## **12 - DAS OBRIGAÇÕES DOS LICITANTES**

12.1 - Caberá ao licitante interessado em participar do pregão, na forma eletrônica:

12.1.1 - Credenciar-se, previamente, junto ao Cadastro de Fornecedores do Estado do Espírito Santo – CRC/ES, por meio do sítio [www.compras.es.gov.br](http://www.compras.es.gov.br), para obtenção da senha de acesso ao sistema eletrônico de compras.

12.1.2 - Remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente por meio eletrônico, via internet, a proposta e, quando for o caso, seus anexos.

12.1.3 - Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

12.1.4 - Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, bem como manter endereço atualizado de correio eletrônico, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

12.1.5 - Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

12.1.6 - Utilizar-se da chave de identificação (login) e da senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica.

12.1.7 - Solicitar o cancelamento da chave de identificação (login) ou da senha de acesso por interesse próprio.

12.1.8 - Submeter-se às exigências do Decreto Estadual 2.458/2010, do Decreto Estadual 2.849-R/2011, da Lei 10.520/2002 e, subsidiariamente, da Lei 8.666/1993, assim como aos termos de participação e condições de contratação constantes neste instrumento convocatório.

12.2 - O fornecedor descredenciado no CRC/ES terá sua chave de identificação e senha suspensas automaticamente.

### **13 - DO CREDENCIAMENTO NO PROVEDOR DO SISTEMA**

13.1 - Os licitantes deverão ser previamente credenciados perante o Governo do Estado do Espírito Santo, por intermédio do site [www.compras.es.gov.br](http://www.compras.es.gov.br), para obtenção de acesso ao sistema eletrônico de licitação.

13.2 - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de login e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, identificado pelo status “com certificado”.

13.3 - A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou em virtude de sua inabilitação perante o cadastro de fornecedores.

13.4 - A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

13.5 - O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

13.6 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

### **14 - DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

14.1 - Até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório deste pregão.

14.2 - A impugnação deverá ser feita, de forma motivada, em campo próprio do sistema, podendo ser anexados documentos digitalizados em formato “pdf”, ou protocolizada no órgão realizador do certame. **Para o caso de protocolo por via física, realizado diretamente na Fundação, este deverá ser realizado de 8 às 17 horas, somente sendo aceitas impugnações protocolizadas se assinadas pelo(s) impugnante(s).**

14.3 - Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração deste edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas.

14.4 - Caso o pregoeiro decida pela improcedência da impugnação ao ato convocatório, deverá encaminhar o processo para a autoridade competente – ordenadora da despesa - a quem competirá, nesse caso, ratificar ou alterar a decisão do pregoeiro.

14.5 - Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.

14.6 - Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço [cpl@inovacapixaba.es.gov.br](mailto:cpl@inovacapixaba.es.gov.br), devendo o pregoeiro prestar o esclarecimento no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

14.7 - Qualquer modificação no edital será divulgada pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

## **15 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

15.1 - Os licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e com o preço, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, considerando no máximo 02 (duas) casas decimais, inclusive na etapa de lances, observando a data e o horário limite para o seu acolhimento, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

15.1.1. No momento de envio de proposta pelo sistema, o licitante deverá preencher o campo “marca”, inserindo qualquer letra, número ou caracteres, desde que essa informação não o identifique, sob pena de ser imediatamente desclassificado.

15.1.2. A proposta da licitante deverá considerar a tributação que efetivamente incidirá durante a execução do contrato.

15.1.3. As propostas deverão indicar expressamente o preço global dos itens, considerando o prazo de vigência inicial previsto para o contrato.

15.2 - A participação no pregão eletrônico dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.

15.3 - Para participação no pregão eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, com o que restará atendido o disposto no Decreto nº 2.849-R, e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

15.4 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas na legislação de regência, sem prejuízo da sanção criminal cabível.

15.5 - Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

15.6 - Após a abertura da sessão, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

15.7 – A proposta comercial vencedora deverá ser apresentada no prazo referido no item 17.2, em conformidade com o modelo contido no Anexo II-A do Edital, acompanhada de todos os documentos nele enumerados, observando-se o que se segue, sem prejuízo para as demais instruções constantes deste edital e seus anexos:

15.7.1 - Digitá-la, em 01 (uma) via, sem emendas, rasuras ou entrelinhas que venham a ensejar dúvidas, reconhecendo a plena aceitação e aplicação, aos itens que vierem a ser contratados, das normas e critérios deste Edital;

15.7.2 - Assinar a proposta na parte final e rubricá-la em todas as suas folhas.

## **16 - DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

16.1 - Esta licitação será julgada sob o critério de **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE.**

16.2 – Aberta a sessão pública, o pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

16.3 - A desclassificação de proposta será fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

16.4 - As propostas contendo a descrição do objeto, valor e eventuais anexos estarão disponíveis na internet.

16.5 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes, que será ativado a critério do pregoeiro.

16.6 - O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

16.7 - Classificadas as propostas, considerando-se o critério de menor preço global, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

16.8 - No que se refere aos lances, o licitante será imediatamente informado do seu recebimento e do valor consignado no registro.

16.9 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste edital.

16.10 - O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

16.11 - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

16.12 - Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

16.13 - Na fase competitiva do pregão, o intervalo entre os lances enviados obedecerá a seguinte regra:

16.13.1 - O menor lance registrado só poderá ser coberto após o intervalo de 3 (três) segundos;

16.13.2 - Após enviar um lance, o licitante aguardará 20 (vinte) segundos para envio do próximo, independentemente de ser ou não o melhor lance vigente;

16.13.3 - Caso o detentor do menor lance registrado tenha seu preço coberto por outro licitante, ele passa a aguardar 3 (três) segundos para envio de novo lance.

16.13.4 - A regra dos 3 (três) segundos não se aplica aos lances superiores ao menor lance registrado, que observarão a regra do item 16.13.2.

16.13.5 - Os lances enviados em desacordo com os itens anteriores serão descartados automaticamente pelo sistema.

16.13.6 - Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com a norma deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro.

16.13.7 - Na hipótese do inciso anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

16.14 - Na fase competitiva da sessão pública, o tempo normal de disputa será encerrado por decisão do Pregoeiro, o que deverá ser comunicado aos licitantes com antecedência mínima de um minuto, iniciando-se, após isso, o tempo aleatório de disputa no sistema.

16.15 - No decurso do tempo aleatório concedido pelo sistema para oferecimento de lances, o sistema eletrônico encerrará, aleatoriamente, dentro de um período de até 30 (trinta) minutos, a recepção de lances, após encerramento do tempo normal pelo pregoeiro.

16.16 - Após o encerramento da etapa aleatória de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

16.17 - Na hipótese de comparecer apenas 01 (um) licitante na sala de disputa, passar-se-á, automaticamente, à fase de contraproposta.

16.18 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

16.19 - Para os lotes de participação ampla, logo após a fase de lances, se a proposta melhor classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte ou equiparada e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte ou equiparada igual ou até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

16.19.1 - A Fundação declarará no sistema que ocorreu o empate descrito acima e, desde já, convocará a microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada melhor classificada para, no prazo de 05 (cinco) minutos após a convocação, sob pena de decadência de seu direito de preferência, apresentar nova proposta inferior àquela considerada originalmente vencedora do certame;

16.19.2 - Se, por motivo justificado, não for possível informar a ocorrência do empate logo após a fase de lances, o pregoeiro deverá informar aos licitantes a data e a hora em que irá declarar a ocorrência do empate e convocar a microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada para exercer seu direito de preferência nos termos do subitem anterior;

16.19.3 - Exercido o direito de preferência por microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada convocada, será esta considerada detentora da melhor proposta



no certame, devendo apresentar os documentos exigidos para habilitação, nos termos do presente edital;

16.19.4 - O pregoeiro deverá solicitar documentos que comprovem o enquadramento da licitante na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme regras estabelecidas neste edital;

16.19.5 - Não ocorrendo a contratação da microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada que apresentou a melhor proposta, na forma dos subitens anteriores, serão convocadas as microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas remanescentes, observada a ordem classificatória, para o exercício do direito de preferência;

16.19.6 - Caso não ocorra a contratação de microempresas, empresa de pequeno porte ou equiparada nos termos dos subitens anteriores, será declarada vencedora a licitante que houver ofertado a proposta originalmente vencedora do certame.

16.20 - No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

16.21 - Se a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

## **17 - DO PROCEDIMENTO DE HABILITAÇÃO**

17.1 - Encerrada a etapa de lances e negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado, a sua exequibilidade e adequação do objeto e, depois, solicitará a apresentação da Proposta Comercial e seus anexos (Anexo II.A do Edital), dos Documentos de Habilitação (Anexo III do Edital) e **amostra (item 21 do edital)**.

17.2 - A Proposta Comercial e seus anexos e os Documentos de Habilitação deverão ser apresentados no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do primeiro dia útil posterior à convocação feita pelo Pregoeiro no sistema eletrônico, facultando-se o envio **preferencialmente** via sistema E-docs, endereçado à Gerência de Compras, Contratos, Convênios e Parcerias – GCCCP da Fundação iNOVA Capixaba ou ainda para o e-mail: [cpl@inovacapixaba.es.gov.br](mailto:cpl@inovacapixaba.es.gov.br) em formato "PDF" e **deverão vir na ordem descrita no Anexo III**, contendo as seguintes informações:

### **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**FUNDAÇÃO INOVA CAPIXABA**

**PREGÃO Nº \_\_\_\_\_/2022**

**PROCESSO Nº \_\_\_\_\_**

17.2.1 - Quando a Proposta Comercial e seus anexos e os Documentos de Habilitação forem remetidos por meio eletrônico (e-mail), o Pregoeiro poderá, se entender necessário, solicitar a apresentação na forma original ou por cópia autenticada, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do primeiro dia útil posterior à convocação feita no sistema eletrônico e por e-mail.

17.2.2 - Quando realizado o envio por correio, deverá ser utilizado o SEDEX, com REGISTRO e, se solicitado, deverá o licitante fornecer o código para rastreamento, sendo que, exclusivamente se atendidas estas condições, o prazo de entrega será considerado atendido na data de postagem dos documentos.

17.2.3 Quando enviados via sistema E-docs, deverá o licitante fornecer o número do encaminhamento do documento para o e-mail: [cpl@inovacapixaba.es.gov.br](mailto:cpl@inovacapixaba.es.gov.br).

17.2.4 Para o caso de protocolo por via física, realizado diretamente na Fundação, este deverá ser realizado de 8 às 17 horas.

17.2.5 - No caso de contratação em que se exija a apresentação de planilhas de composição de preços, o Pregoeiro poderá, se entender necessário, solicitar sejam encaminhadas também por e-mail, em arquivo em formato editável, no mesmo prazo fixado para a Proposta Comercial, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor.

17.3 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

(a) Cadastro de Fornecedores do Estado do Espírito Santo – CRC/ES (<https://www.siga.es.gov.br/sgc/faces/pub/sgc/tabbasicas/FornecedoresSanccionadosPageList.jsp?opcao=todos>).

(b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<http://transparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>).

17.3.1 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também em nome de seus sócios majoritários, por força do art. 12 da Lei 8.429/1992, que prevê dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

17.3.2 - Constatada a existência de sanção que inviabilize a participação ou contratação, o Pregoeiro reputará o licitante desclassificado, por falta de condição de participação.

17.4 - Após a verificação das condições dos itens antecedentes, os documentos de habilitação serão apreciados e, após análise, será declarado vencedor o licitante classificado em primeiro lugar, caso tenha atendido a todas as exigências do edital.

17.5 - Na forma dos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/2006, por ocasião da participação do certame, os licitantes enquadrados na categoria de microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas **deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que haja alguma restrição**, observadas as regras do Anexo III. Entretanto, a efetiva comprovação da regularidade fiscal e trabalhista somente será exigida para fins de formalização da contratação.

17.5.1 - O motivo da irregularidade fiscal e trabalhista pendente, quando for o caso, deverá ficar registrado em ata, bem como a indicação do documento necessário para comprovar a regularização.

17.6 - Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões constitui meio legal de prova.

17.7 - Se a proposta não for aceitável, ou se o licitante não atender às exigências de habilitação, ou se recusar a assinar o contrato, o pregoeiro examinará a oferta subsequente e a respectiva documentação de habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda às exigências do edital.

17.8 - Nas hipóteses previstas no item anterior, o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço, tendo sempre como parâmetro a menor oferta apresentada no certame.

## **18 - DOS RECURSOS E DA ATA DA SESSÃO PÚBLICA**

18.1 - No mínimo, com vinte e quatro horas de antecedência, o Pregoeiro deverá comunicar aos licitantes, por meio do sistema no qual a licitação foi realizada, e por e-mail, data e hora em que declarará o vencedor do certame.

18.2 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, **em campo próprio do sistema**, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias úteis para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

18.3 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do anterior, importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

18.4 - Para efeito do disposto no item anterior, manifestação imediata é aquela efetuada via eletrônica - internet -, no período máximo de 30 (trinta) minutos após o pregoeiro comunicar aos participantes, por meio do sistema eletrônico, o resultado da classificação; e manifestação motivada é a descrição sucinta e clara do fato que motivou a licitante a recorrer.

18.5 - O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

18.6 - No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

18.7 - Os recursos e contrarrazões de recurso deverão ser dirigidos ao Pregoeiro, **registrados em campo próprio no Sistema SIGA** e anexados documentos digitalizados em formato "pdf", Somente serão aceitas razões assinadas pelos recorrentes.

18.8 - Todos os atos praticados durante a sessão pública deverão ser registrados em ata.

18.9 - A minuta da ata da sessão pública será disponibilizada na internet para acesso livre, imediatamente após o seu encerramento. A versão definitiva da ata será disponibilizada após a adjudicação do certame.

### **19 - DA ADJUDICAÇÃO, DA HOMOLOGAÇÃO E DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINAR A ATA**

19.1 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

19.2 - Após a homologação referida no item anterior, o adjudicatário de cada lote será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços no prazo de até 05 (cinco) dias úteis.

19.3 - A Fundação poderá prorrogar o prazo fixado no item anterior, por igual período, nos termos do art. 64, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, quando solicitado pelo licitante vencedor, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo ente promotor do certame.

19.4 - Para a formalização da Ata de Registro de Preços e das contratações posteriores, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência da ata.

### **20 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

20.1 - Comete infração administrativa, nos termos da Lei 10.520/2002, o licitante ou adjudicatário que:

20.1.1 - Não assinar o termo de contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

20.1.2 - Não retirar o instrumento que substitui o termo de contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

20.1.3 - Deixar de entregar os documentos exigidos;

20.1.4 - Apresentar documento falso;

20.1.5 - Ensejar o retardamento da licitação;

20.1.6 - Não manter a proposta;

20.1.7 - Cometer fraude fiscal; ou

20.1.8 - Comportar-se de modo inidôneo.

20.2 - Reputar-se-á comportamento inidôneo, exemplificativamente, os tipificados nos arts. 337-E ao 337-P, do Decreto Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 e no art. 5º da Lei 12.846/2013, a declaração falsa quanto às condições de participação e quanto ao enquadramento como ME/EPP.

20.3 - O licitante ou adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade penal e civil, às seguintes sanções:

20.3.1 - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado para os lotes em que participou o licitante;

20.3.2 - Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública Estadual e descredenciamento no CRC/ES, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme o art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e o art. 28 do Decreto 2.458-R/2010;

20.4 - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

20.5 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se além da disciplina legal o disposto no termo de contrato ou no termo de referência quanto ao procedimento e outras condições.

20.6 - As sanções por atos praticados durante a execução do contrato estão previstas no termo de contrato ou no termo de referência.

## **21 – DAS AMOSTRAS**

21.1 – A Empresa arrematante deverá apresentar amostra, na forma prevista no Anexo I d Edital - Termo de Referência.

21.1.1 - O pregoeiro convocará o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar para enviar amostras dos produtos ofertados para teste, nos termos do Anexo I do Edital - Termo de Referência.

21.2 - As amostras serão avaliadas pela área técnica a fim de verificar a conformidade do produto ofertado com a descrição e as especificações técnicas constantes do Termo de Referência, observando-se o seguinte procedimento:

21.2.1 - A decisão que aceitar ou rejeitar a amostra será formalizada por despacho fundamentado e constará nos autos.

21.3 - Quando enviadas por via postal, o prazo de entrega será considerado a data de postagem das amostras.

21.4 - No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

21.5 - Os exemplares colocados à disposição da Fundação serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento ou indenização.

21.6 - Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após o qual poderão ser descartadas pela Fundação, sem direito a ressarcimento.

## 22 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1 O preço máximo admitido para o presente processo licitatório é de:

**Lote 001 – R\$ 97.543,97 (noventa e sete mil e quinhentos e quarenta e três reais e noventa e sete centavos) - participação ampla**

**Lote 002 – R\$ 44.387,92 (quarenta e quatro mil e trezentos e oitenta e sete reais e noventa e dois centavos) - participação exclusiva**

**Lote 003 – R\$ 13.146,56 (treze mil e cento e quarenta e seis reais e cinquenta e seis centavos) - participação exclusiva**

**Lote 004 – R\$ 411.258,60 (quatrocentos e onze mil e duzentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos) - participação ampla**

**Lote 005 – R\$ 2.381,94 (dois mil e trezentos e oitenta e um reais e noventa e quatro centavos) - participação exclusiva**

**Lote 006 – R\$ 102.976,42 (cento e dois mil e novecentos e setenta e seis reais e quarenta e dois centavos) - participação ampla**

**Lote 007 – R\$ 31.232,48 (trinta e um mil e duzentos e trinta e dois reais e quarenta e oito centavos) - participação exclusiva**

**Lote 008 – R\$ 10.228,66 (dez mil e duzentos e vinte e oito reais e sessenta e seis centavos) - participação exclusiva**

22.1.1. O valor unitário máximo admitido para os itens dos lotes é de:

LOTE 01					
Item	Código SIGA	Especificações do objeto no SIGA	Unidade no SIGA	Quantidade total	Valor unitário máximo admitido
1	24475	APAGADOR PARA QUADRO BRANCO	UNIDADE	50	R\$ 7,41
2	227240	MARCADOR PARA QUADRO BRANCO WBM-7; COR: AZUL; PONTA; ACRILICO 4.0 MM: MACIA PARA NAO DANIFICAR O QUADRO; ESPESSURA DE ESCRITA: 2.0 MM; UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE.	UNIDADE	1462	R\$ 7,42
3	227239	MARCADOR PARA QUADRO BRANCO WBM-7; COR: PRETO; PONTA; ACRILICO 4.0 MM: MACIA PARA NAO DANIFICAR O QUADRO; ESPESSURA DE ESCRITA: 2.0 MM; UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE.	UNIDADE	1210	R\$10,66
4	227241	MARCADOR PARA QUADRO BRANCO WBM-7; COR: VERMELHO; PONTA; ACRILICO 4.0 MM: MACIA PARA NAO DANIFICAR O QUADRO; ESPESSURA DE ESCRITA: 2.0 MM; UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE.	UNIDADE	706	R\$ 7,42
5	234287	MARCADOR/PINCEL ATOMICO; APRESENTACAO: CANETA; COR DA TINTA: AZUL; TINTA: PERMANENTE; MATERIAL: PLASTICO; FORMATO: CILINDRICO; TAMANHO DA PONTA: CHANFRADA, 4MM; CARGA: PODE REABASTECER; UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE	UNIDADE	706	R\$ 46,83

6	141313	MARCADOR/PINCEL <b>ATOMICO</b> ; APRESENTACAO: CANETA; COR DA <b>TINTA: PRETA</b> ; TINTA: PERMANENTE; MATERIAL: PLASTICO; FORMATO: CILINDRICO; TAMANHO DA <b>PONTA: CHANFRADA, 4 MM</b> ; CARGA: PODE REABASTECER; UNIDADE DE FORNECIMENTO: <b>CAIXA 12 UNIDADES</b>	CAIXA (12 UNIDADES)	353	R\$ 46,01
7	141314	MARCADOR/PINCEL <b>ATOMICO</b> ; APRESENTACAO: CANETA; COR DA <b>TINTA: VERDE</b> ; TINTA: PERMANENTE; MATERIAL: PLASTICO; FORMATO: CILINDRICO; TAMANHO DA <b>PONTA: CHANFRADA, 4MM</b> ; CARGA: PODE REABASTECER; UNIDADE DE FORNECIMENTO: <b>CAIXA 12 UNIDADES</b> .	CAIXA (12 UNIDADES)	151	48,28
8	141315	MARCADOR/PINCEL <b>ATOMICO</b> ; APRESENTACAO: CANETA; COR DA <b>TINTA: VERMELHA</b> ; TINTA: PERMANENTE; MATERIAL: PLASTICO; FORMATO: CILINDRICO; TAMANHO DA <b>PONTA: CHANFRADA, 4 MM</b> ; CARGA: PODE REABASTECER; UNIDADE DE FORNECIMENTO: <b>CAIXA 12 UNIDADES</b>	CAIXA (12 UNIDADES)	252	R\$ 46,01
<b>VALOR TOTAL MÁXIMO ADMITIDO PARA O LOTE 01</b>					<b>R\$ 97.543,97</b>

LOTE 02					
Item	Código SIGA	Especificações do objeto no SIGA	Unidade no SIGA	Quantidade total	Valor unitário máximo admitido
1	11702	<b>LIVRO ATA; MODELO: PAUTADO COM MARGEM E NUMERADO</b> ; MATERIAL DA CAPA: PAPELÃO; <b>GRAMATURA DA CAPA: 697 G/M²</b> ; <b>REVESTIMENTO DA CAPA: PAPEL KRAFT 110 G/M²</b> ; <b>COR: PRETA</b> ; MATERIAL DO MIOLO: PAPEL OFF-SET 56 G/M²; QUANTIDADE DE FOLHA: <b>100 FL</b> ; <b>ALTURA: 330 MM</b> ; <b>LARGURA: 220 MM</b> ; UNIDADE DE FORNECIMENTO: <b>CAIXA 1 UN</b>	UNIDADE	554	R\$ 17,45
2	15410	<b>LIVRO ATA, TAMANHO OFICIO, PAUTADO E NUMERADO, MEDINDO 205 X 330MM, 200 FOLHAS</b> , COM CAPA E CONTRA-CAPA EM CARTÃO RÍGIDO REVESTIDO NA COR PRETA, FOLHAS FIXADAS POR COSTURA. UNIDADE. (PODERAO VIR ACONDICIONADO EM FARDOS COM 05 UNIDADES). UNIDADE.	UNIDADE	504	R\$ 29,87
3	15411	<b>LIVRO DE PROTOCOLO DE CORRESPONDÊNCIA, COM 100 FOLHAS, NUMERADAS DE 1 A 100</b> , FORMATO APROXIMADO DE 16 X 24CM, COM <b>CAPA E CONTRA-CAPA EM CARTÃO RÍGIDO REVESTIDO</b> . UNIDADE.	UNIDADE	1109	R\$ 15,96
4	42933	<b>CADERNO ESPIRAL PEQUENO CAPA DURA</b> COM 96 FOLHAS	UNIDADE	252	R\$ 3,98
5	47314	<b>CADERNO PEQUENO BROCHURA, 48 FOLHAS PAUTADAS, TAMANHO 140 X 202 MM</b> .	UNIDADE	202	R\$ 4,77
<b>VALOR TOTAL MÁXIMO ADMITIDO PARA O LOTE 02</b>					<b>R\$ 44.387,97</b>

LOTE 03					
Item	Código SIGA	Especificações do objeto no SIGA	Unidade no SIGA	Quantidade total	Valor unitário máximo admitido
1	123223	PAPEL PARA ELETROCARDIOGRAMA	ROLO	1470	R\$4,48
2	71980	PAPEL BIONETE 216/30	ROLO	202	R\$ 32,48
<b>VALOR TOTAL MÁXIMO ADMITIDO PARA O LOTE 03</b>					<b>R\$ 13.146,56</b>

LOTE 04					
Item	Código SIGA	Especificações do objeto no SIGA	Unidade no SIGA	Quantidade total	Valor unitário máximo admitido
1	238511	<b>PASTA CATALOGO</b> ; MATERIAL: CLORETO DE POLIVINILA (PVC); REVESTIMENTO: <b>PLASTICO</b> ; <b>PORTA ETIQUETA</b> : COM PORTA ETIQUETA; COR DA PASTA: <b>PRETA</b> ; QUANTIDADE DE ENVELOPE: <b>100 ENVELOPES</b> ; ESPESSURA DO ENVELOPE: 0,06 MM; FURACAO: 4 FUROS; <b>PRENDEDOR: COM 4 COLCHETES</b> ; <b>LARGURA: 245 MM</b> ; <b>ALTURA: 335 MM</b> ; UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE.	UNIDADE	50	R\$ 25,45
2	254766	<b>PASTA ARQUIVO</b> , TIPO: <b>CATALOGO</b> ; MATERIAL: <b>PLASTICO</b> ; <b>VISOR FRONTAL EM PVC 9 X 6 CM</b> , TAMANHO OFICIO, CA; COR DA PASTA: <b>PRETA</b> ; QUANTIDADE DE ENVELOPE: <b>50 ENVELOPES</b> ; ESPESSURA DO ENVELOPE: 0,10 MM; <b>LARGURA: 250 MM</b> ; <b>ALTURA: 330 MM</b> ; UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE	UNIDADE	1016	R\$ 19,00
3	85879	<b>PASTA FINA TRANSPARENTE COM ELASTICO</b> ; TAMANHO: OFICIO; MATERIAL: POLIPROPILENO; ATOXICO E 100 % RECICLAVEL; COR: TRANSPARENTE; LARGURA APROXIMADA: 235 MM; ALTURA APROXIMADA: 335; UNIDADE DE FORNECIMENTO: PACOTE 10 UNIDADES.	UNIDADE	4586	R\$ 33,00
4	155588	<b>PASTA SUSPensa</b> ; MATERIA: <b>CARTAO TRIPLEX</b> ; ACABAMENTO: MARMORIZADA; COR: CASTANHO; HASTE: PLASTICO; <b>LARGURA: 240MM</b> ; <b>COMPRIMENTO: 360MM</b> ; ACESSORIO: <b>PRENDEDOR INTERNO GRAMPO PLASTICO</b> ; <b>VISOR: ACRILICO</b>	CAIXA	2570	R\$ 93,13
<b>VALOR TOTAL MÁXIMO ADMITIDO PARA O LOTE 04</b>					<b>R\$ 411.258,60</b>

LOTE 05					
Item	Código SIGA	Especificações do objeto no SIGA	Unidade no SIGA	Quantidade total	Valor unitário máximo admitido
1	25601	GRAFITE PARA LAPISEIRA HB 0,5MM	CAIXA (12 UNIDADES)	151	R\$ 1,69
2	11707	GRAFITE; GRADUACAO: 2B; DIAMETRO: 0,7 MM; UNIDADE DE FORNECIMENTO: CAIXA 12 UNIDADES	CAIXA (12 UNIDADES)	151	R\$ 4,75
3	103504	LAPIS DERMATOGRAFICO AZUL	UNIDADE	50	R\$ 15,58
4	40251	LAPIS DERMATOGRAFICO VERMELHO	UNIDADE	50	R\$ 12,61
<b>VALOR TOTAL MÁXIMO ADMITIDO PARA O LOTE 05</b>					<b>R\$ 2.381,94</b>

LOTE 06					
Item	Código SIGA	Especificações do objeto no SIGA	Unidade no SIGA	Quantidade total	Valor unitário máximo admitido
1	11735	<b>REGUA GRADUADA</b> ESCOLAR/ESCRITORIO; MATERIAL: <b>PLASTICO FLEXIVEL</b> ; COR: <b>CRISTAL</b> ; <b>GRADUACAO: MILIMETRO-CENTIMETRO</b> ; TAMANHO: 50 CM; UNIDADE DE FORNECIMENTO: <b>PACOTE 6 UNIDADE</b>	UNIDADE	151	R\$ 11,26
2	71231	<b>PAPEL ADESIVO</b> TRANSPARENTE, TIPO <b>CONTACT</b> , ROLO 45CM X 25 M	ROLO	554	R\$ 116,26



3	53897	BLOCO LEMBRETE AUTO ADESIVO; MATERIAL: <b>PAPEL ADESIVO ACRILICO REPOSICIONAVEL / POST-IT; LARGURA: 47,6 MM; COMPRIMENTO: 47,6 MM; COR: NEON SORTIDOS</b> ; APRESENTACAO: <b>BLOCO 400 FL</b> ; TIPO: CUBO; UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE	BLOCO	1008	R\$ 25,83
4	53902	BLOCO LEMBRETE AUTO ADESIVO; MATERIAL: <b>PAPEL ADESIVO ACRILICO REPOSICIONAVEL / POST-IT; LARGURA: 76 MM; COMPRIMENTO: 76 MM; COR: AZUL NEON</b> ; APRESENTACAO: <b>BLOCO 100 FL</b> ; UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE	BLOCO (100 UNIDADES)	956	R\$ 11,33
<b>VALOR TOTAL MÁXIMO ADMITIDO PARA O LOTE 06</b>					<b>R\$ 102.976,42</b>

LOTE 07					
Item	Código SIGA	Especificações do objeto no SIGA	Unidade no SIGA	Quantidade total	Valor unitário máximo admitido
1	35414	<b>QUADRO DE ACRÍLICO TAMANHO A4 210MMX297MM, PORTA FOLHETO COM ADESIVO 3M PARA AVISOS DE PORTA</b>	UNIDADE	878	R\$ 29,35
2	59177	<b>PERFURADOR PAPEL; MATERIAL: ACO CARBONO; MODELO: ESCRITORIO; COR: PRETA; QUANTIDADE DE VAZADORES: 2 VAZADORES; CAPACIDADE DE PERFURACAO: 20 FL; MARGEADOR: SEM MARGEADOR; MATERIAL DA BASE: PLASTICA, PORTA CONFETE; ALTURA: 70 MM; LARGURA: 120 MM; PROFUNDIDADE: 85 MM; UNIDADE DE FORNECIMENTO: CAIXA 1 UNIDADE</b>	UNIDADE	302	R\$ 18,09
<b>VALOR TOTAL MÁXIMO ADMITIDO PARA O LOTE 07</b>					<b>R\$ 31.232,48</b>

LOTE 08					
Item	Código no SIGA	Especificações do objeto no SIGA	Unidade no SIGA	Quantidade total	Valor unitário máximo admitido
1	2513	<b>TINTA PARA CARIMBO AUTOMATICO - 28ML, NA COR PRETA, COM GARANTIA DE 30 (TRINTA) DIAS</b>	UNIDADE	302	R\$ 14,63
2	92974	<b>TINTA COR AZUL PARA CARIMBO</b>	UNIDADE	302	R\$ 5,44
3	15522	<b>UMEDECEDOR DE DEDOS EM FORMA DE CREME, LIGEIRAMENTE PERFUMADO QUE DIFICULTA A PROPAGAÇÃO DE FUNGOS E BACTÉRIAS, NÃO TÓXICO, NÃO MANCHA O PAPEL, COMPOSTO DE ÁCIDO GRAXO, GLICOLS, CORANTE ALIMENTÍCIO E ESSÊNCIA AROMÁTICA, NÃO CONTÉM GLICERINA. RECIPIENTE PLÁSTICO CONTENDO 12 GR. VALIDADE MÍNIMA DE 01 ANO, NA DATA DA ENTREGA.UNIDADE</b>	UNIDADE	1058	R\$ 3,69
4	77983	<b>PERCEVEJO; MATERIAL: LATAO; TRATAMENTO: LATONADO; FORMATO DA CABECA: CHATA; DIAMETRO DA CABECA: 10 MM; COR: DOURADA; PONTA FIXADORA: PONTA FIXADORA NO MINIMO COM 7MM DE COMPRIMENTO; UNIDADE DE FORNECIMENTO: CAIXA 100 UN</b>	CAIXA (100 UNIDADES)	50	R\$ 5,27
<b>VALOR TOTAL MÁXIMO ADMITIDO PARA O LOTE 08</b>					<b>R\$ 10.228,66</b>

22.2 O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas

implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

22.3 Ao apresentar a proposta, o licitante assume que está fazendo isso de forma absolutamente independente e que, acaso se apresente, em qualquer momento, a formação de cartel ou qualquer conluio, a Fundação adotará os meios necessários para as devidas averiguações e as respectivas sanções.

22.4 É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a criação de exigência não prevista neste edital.

22.5 Os licitantes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação.

22.6 Em caso de dúvida quanto à autenticidade de assinatura constante em documento apresentado por licitante, poder-se-á diligenciar no intuito de saná-la, inclusive concedendo prazo para o reconhecimento de firma.

22.7 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

22.8 Os erros materiais irrelevantes serão objeto de saneamento, mediante ato motivado do pregoeiro.

22.9 Em se tratando de licitação cujo objeto esteja agrupado em lotes, é possível e lícita a adjudicação e homologação da licitação, por lote, ainda que o sistema eletrônico adotado pela Fundação não esteja adequado para tanto, devendo constar despacho fundamentado no respectivo processo administrativo, atestada a inexistência de recurso pendente de apreciação.

22.9.1 Adjudicado o objeto e homologado o certame por lote, o Pregoeiro deverá providenciar a publicação do resultado da licitação quanto ao respectivo lote e, no momento oportuno, atualizar as informações no sistema eletrônico.

22.10 As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Fundação, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.11 As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Estado.

22.12 Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro.

21.13 A participação do licitante nesta licitação, implica aceitação de todos os termos deste Edital.

22.14 Poderá a autoridade competente, até a assinatura do contrato, excluir o licitante ou o adjudicatário do certame, por despacho motivado, se, após a fase de habilitação,

tiver ciência de fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento da licitação, que revele inidoneidade ou falta de capacidade técnica ou financeira.

22.15 A autoridade competente para aprovação do procedimento licitatório somente poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

22.16 Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do ajuste.

22.17 - No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurada a ampla defesa e o contraditório.

Vila Velha/ES, 09 de novembro de 2022.

**Luciana Lopes Pinheiro**  
**Pregoeira Substituta – CPL 2**  
**Fundação iNOVA Capixaba**

## ANEXO I DO EDITAL TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. DESCRIÇÃO DO OBJETO/ESPECIFICAÇÕES

1.1. O presente Termo de Referência tem como objeto a aquisição, por **Registro de Preços**, de **APAGADOR E OUTROS**, recomendados para uso no controle de registros no atendimento aos pacientes e no atendimento intersetorial nas Unidades Hospitalares administradas pela Fundação Inova Capixaba.

### 2. QUADRO REFERENTE ÀS ESPECIFICAÇÕES (vide quadro):

2.1. O detalhamento dos quantitativos por item consta no Anexo I

### 3. JUSTIFICATIVA

3.1. Trata-se de Registro de Preços para aquisição de **APAGADOR E OUTROS**, para atender às Unidades administradas pela Fundação Inova Capixaba;

3.2. A revisão 04 do TR foi promovida para atendimento do despacho peça #204 no Processo 2022-QKV20, tendo o agrupamento dos itens em lotes e a exclusão do lote 13 (Papel Sulfite A4), este por estar contemplado no processo 2022-3XFJ4. E, exclusão do quantitativo referente ao HGL;

3.3. Os itens indicados são para o consumo em conformidade com a demanda dos setores desta Unidade Hospitalar, sendo classificados como Material de Expediente;

3.4. As quantidades dos Lotes 01 a 08 foram estimadas de acordo com os dados recolhidos no PROSUES, acrescidas de 40% como margem de segurança técnica;

3.5. A aquisição dos materiais visa à manutenção dos estoques das Unidades Hospitalares administradas pela Fundação Inova Capixaba;

3.6. Registre-se ainda, que a ausência de tais materiais pode incorrer em prejuízo no atendimento aos pacientes e no atendimento intersetorial;

3.7. Sendo assim, faz-se necessário encaminhamento de processo de **Registro De Preço** para suprimento destes produtos, dado a importância para promoção de segurança e um atendimento integral aos pacientes desta unidade hospitalar.

### 4. DA JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO PRETENDIDO

4.1. Considerando a ampliação dos contratos de gestão de novas unidades hospitalares, que hoje ainda fazem parte da Rede Estadual, mas que migrarão à Inova Capixaba com previsão para 2022, conforme cronograma a ser definido;

4.2. O Consumo Médio Mensal são dados reais informados pelos hospitais em conformidade com o quantitativo consumido no período dos últimos 12 meses.

4.3. Cada unidade hospitalar baseou-se na média de consumo anual de Materiais de Expediente que subsidiará como estimativa para aquisições;

### 5. ENTREGA E EXECUÇÃO

5.1. Os produtos deverão ser entregues nos Almoxarifados das Unidades Hospitalares, nos endereços abaixo relacionados em dias úteis no horário das 08:00 às 16:00 horas

5.2. Em caso de cargas de grandes volumes, a empresa deve entrar em contato para agendamento da entrega:

- a) **HABF** - HSOPITAL ANTONIO BEZERRA DE FARIA - Rua Castelo Branco, 1970, Jaburuna, Vila Velha – ES (Segundo Andar) CEP: 29.100-040, em dias úteis no horário das 08:00 às 17:00 horas.
- b) **HEC** - HOSPITAL ESTADUAL CENTRAL -. São José, 76 - Parque Moscoso, Vitória - ES, 29018-140;
- c) **HDS** – HOSPITAL DORIO SILVA, Av. Eldes Scherrer Souza, s/n - Parque Res. Laranjeiras, Serra - ES, 29165-680
- d) **HESVV** – HOSPITAL ESTADUAL DE VILA VELHA - Av. Anézio José Simões, 76 - São Torquato, Vila Velha - ES, 29114-350
- e) **HINSG** – HOSPITAL INFANTIL NOSSA SENHORA DA GLÓRIA - Alameda Mari Ubirajara, 205 - Santa Lucia, Vitória - ES, 29056-030
- f) **HEAC** - HOSPITAL ESTADUAL DE ATENÇÃO CLÍNICA - Alameda Élcio Álvares, 339 - Tucum, Cariacica - ES, 29152-600.

5.3. A apresentação dos produtos deve conter, minimamente:

- a) Descrição do produto, contendo as suas características, tamanho ou dimensões;
- b) Especificação da embalagem do produto e a quantidade do produto presente na mesma;

5.4. O produto deverá ser entregue devidamente embalado, lacrado e corresponder às especificações e quantitativos constantes na ordem de fornecimento;

5.5. É de responsabilidade da empresa qualquer dano causado ao produto durante o transporte;

## 6. PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO

6.1. Em até 10 (dez) corridos após a emissão da Ordem de Fornecimento;

## 7. CONDIÇÕES DA ENTREGA OU DA EXECUÇÃO (vide quadro):

<b>AMOSTRAS:</b>	
( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM ( <input type="checkbox"/> ) NÃO	
PRAZO: 48 horas	
LOCAL: Almoxarifado de Farmácia	
CONTATO: (27) 3636-3502 / 3636-3524	
<b>LAUDO TÉCNICO:</b>	
( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM ( <input type="checkbox"/> ) NÃO	
ESPECIFICAR:	
Ficha Técnica	

## 8. GARANTIA DO OBJETO

8.1. Os produtos, objeto deste Termo de Referência terá validade de, no mínimo, **12 (doze) meses**, contados a partir da data da entrega.

## 9. ASSISTÊNCIA TÉCNICA

(  ) NÃO SE APLICA

## 10. PAGAMENTO

10.1. Contratante pagará à Contratada pelo objeto efetivamente adquirido, após a apresentação da Nota Fiscal correspondente, devidamente aceita pelo Contratante, vedada a antecipação.

- 10.2. A Nota Fiscal deverá ser emitida no CNPJ da Fundação iNOVA Capixaba somente quando a entrega do objeto ou da prestação de serviço for realizada na sede (matriz). Caso contrário, a Nota Fiscal deverá ser emitida no CNPJ da unidade hospitalar (filial);
- 10.3. O pagamento far-se-á por meio de uma única transferência bancária e será realizado até o 10º (décimo) dia útil após a apresentação da Nota Fiscal.
- 10.4. Os pagamentos ficam condicionados ainda à apresentação das certidões de regularidade fiscal e trabalhista, junto com as Notas Fiscais.
- 10.5. Os pagamentos serão sempre realizados por meio de transferência bancária, devendo a Contratada informar o domicílio bancário na Nota Fiscal.
- 10.6. Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal, a mesma será devolvida à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela Contratante

## **11. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 11.1. As despesas decorrentes deste objeto correrão à conta do orçamento da Fundação iNOVA Capixaba e serão especificadas no tempo da contratação ou emissão da autorização da compra ou do serviço ou instrumento equivalente.

## **12. RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

### **12.1. RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA**

- 12.1.1. A contratada deve cumprir todas as obrigações, assumindo os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 12.1.2. Entregar o objeto e/ou prestar o serviço em perfeitas condições, de acordo com as condições e prazos e local propostos, conforme especificações.
- 12.1.3. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente do Contratante
- 12.1.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, o objeto com avarias ou defeitos.
- 12.1.5. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.
- 12.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato, quando for o caso

### **12.2. RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE**

- 12.2.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.
- 12.2.2. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos.
- 12.2.3. A Fundação não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente termo de contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### **13. CONDIÇÕES DA HABILITAÇÃO**

13.1. Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que, por sua natureza, não contenham validade, não sendo aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos exigidos.

### **14. REGULARIDADE FISCAL, TRABALHISTA E QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

14.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.

14.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante certidão conjunta expedida pela RFB/PGFN, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social.

14.3. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual (onde for sediada a empresa e a do Estado do Espírito Santo, quando a sede não for deste Estado).

14.4. Prova de regularidade com a Fazenda Pública Municipal da sede da licitante.

14.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

14.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa.

14.7. Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, observada a data de validade definida no instrumento.

14.8. Prova de inexistência de sanção administrativa, emitida em site próprio do Cadastro de Fornecedores do Estado do Espírito Santo – CRC/ES e do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União.

### **15. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

15.1. Comprovação de que o licitante forneceu, sem restrição, produto semelhante ao indicado neste Termo. A comprovação será feita por meio de apresentação de no mínimo 01 (um) atestado, devidamente assinado, carimbado e em papel timbrado da empresa ou órgão tomador do serviço, compatível com o objeto desta contratação.

### **16. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

16.1. A Fundação iNova Capixaba designará, formalmente, o servidor responsável pelo recebimento do material, por meio de termo circunstanciado que comprove a adequação do objeto aos termos do contrato e pela atestação provisória e/ou definitiva.

### **17. GARANTIA DO CONTRATO**

( x ) NÃO SE APLICA

### **18. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

18.1. O não cumprimento total ou parcial das obrigações assumidas na forma e prazos estabelecidos sujeitará a Contratada às penalidades constantes na Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, sempre assegurados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

18.2. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo próprio, o que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se além da disciplina legal o disposto neste termo, no contrato quanto ao procedimento e outras condições

18.3. As sanções estão previstas na legislação em vigor e estarão descritas no contrato ou instrumento equivalente.

## **19. CONDIÇÕES GERAIS**

( x ) NÃO SE APLICA

## **20. RESPONSÁVEIS PELO TERMO DE REFERÊNCIA**

20.1. Este Termo de Referência foi elaborado por Carlos José de Vasconcelos Silva, Analista de Suprimentos e Uiara Teixeira Rios Carvalho, Coordenadora do Almoarifado do HABF

Vila Velha – ES, 01 de agosto de 2022.

**Carlos José de Vasconcelos Silva**

Analista de Suprimentos – HABF

**Uiara Teixeira Rios Carvalho**

Coordenadora de Almoarifado – HABF



## ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

### PREVISÃO DE CONSUMO

Para Abertura de Processo de Compra Ordinário - **Período:** 12 (doze) meses

**OBJETO:** APAGADOR E OUTROS

Lote 01						
Item	Código no SIGA	Especificações do objeto no SIGA	Unidade no SIGA	Local	Qdade Mensal	Qdade Pretendida (*)
1	24475	<b>APAGADOR PARA QUADRO BRANCO</b>	UNIDADE	HABF	1	50
				HEC	0	
2	227240	<b>MARCADOR PARA QUADRO BRANCO WBM-7; COR: AZUL; PONTA; ACRILICO 4.0 MM: MACIA PARA NAO DANIFICAR O QUADRO; ESPESSURA DE ESCRITA: 2.0 MM; UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE.</b>	UNIDADE	HABF	12	1462
				HEC	17	
3	227239	<b>MARCADOR PARA QUADRO BRANCO WBM-7; COR: PRETO; PONTA; ACRILICO 4.0 MM: MACIA PARA NAO DANIFICAR O QUADRO; ESPESSURA DE ESCRITA: 2.0 MM; UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE.</b>	UNIDADE	HABF	6	1210
				HEC	18	
4	227241	<b>MARCADOR PARA QUADRO BRANCO WBM-7; COR: VERMELHO; PONTA; ACRILICO 4.0 MM: MACIA PARA NAO DANIFICAR O QUADRO; ESPESSURA DE ESCRITA: 2.0 MM; UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE.</b>	UNIDADE	HABF	2	706
				HEC	12	
5	234287	<b>MARCADOR/PINCEL ATOMICO; APRESENTACAO: CANETA; COR DA TINTA: AZUL; TINTA: PERMANENTE; MATERIAL: PLASTICO; FORMATO: CILINDRICO; TAMANHO DA PONTA: CHANFRADA, 4MM; CARGA: PODE REABASTECER; UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE</b>	UNIDADE	HABF	11	706
				HEC	3	
6	141313	<b>MARCADOR/PINCEL ATOMICO; APRESENTACAO: CANETA; COR DA TINTA: PRETA; TINTA: PERMANENTE; MATERIAL: PLASTICO; FORMATO: CILINDRICO; TAMANHO DA PONTA: CHANFRADA, 4 MM; CARGA: PODE REABASTECER; UNIDADE DE FORNECIMENTO: CAIXA 12 UNIDADES</b>	CAIXA (12 UNIDADES)	HABF	4	353
				HEC	3	
7	141314	<b>MARCADOR/PINCEL ATOMICO; APRESENTACAO: CANETA; COR DA TINTA: VERDE; TINTA: PERMANENTE; MATERIAL: PLASTICO; FORMATO: CILINDRICO; TAMANHO DA PONTA: CHANFRADA, 4MM; CARGA: PODE REABASTECER; UNIDADE DE FORNECIMENTO: CAIXA 12 UNIDADES.</b>	CAIXA (12 UNIDADES)	HABF	3	151
				HEC	0	
8	141315	<b>MARCADOR/PINCEL ATOMICO; APRESENTACAO: CANETA; COR DA TINTA: VERMELHA; TINTA: PERMANENTE; MATERIAL: PLASTICO; FORMATO: CILINDRICO; TAMANHO DA PONTA: CHANFRADA, 4 MM; CARGA: PODE REABASTECER; UNIDADE DE FORNECIMENTO: CAIXA 12 UNIDADES</b>	CAIXA (12 UNIDADES)	HABF	2	252
				HEC	3	

Lote 02						
Item	Código no SIGA	Especificações do objeto no SIGA	Unidade no SIGA	Local	Qdade Mensal	Qdade Pretendida (*)
1	11702	LIVRO ATA; MODELO: PAUTADO COM MARGEM E NUMERADO; MATERIAL DA CAPA: PAPELAO; GRAMATURA DA CAPA: 697 G/M <sup>2</sup> ; REVESTIMENTO DA CAPA: PAPEL KRAFT 110 G/M <sup>2</sup> ; COR: PRETA; MATERIAL DO MIOLO: PAPEL OFF-SET 56 G/M <sup>2</sup> ; QUANTIDADE DE FOLHA: 100 FL; ALTURA: 330 MM; LARGURA: 220 MM; UNIDADE DE FORNECIMENTO: CAIXA 1 UN	UNIDADE	HABF	6	554
				HEC	5	
2	15410	LIVRO ATA, TAMANHO OFICIO, PAUTADO E NUMERADO, MEDINDO 205 X 330MM, 200 FOLHAS, COM CAPA E CONTRA-CAPA EM CARTAO RIGIDO REVESTIDO NA COR PRETA, FOLHAS FIXADAS POR COSTURA. UNIDADE. (PODERAO VIR ACONDICIONADO EM FARDOS COM 05 UNIDADES). UNIDADE.	UNIDADE	HABF	10	504
				HEC	0	
3	15411	LIVRO DE PROTOCOLO DE CORRESPONDÊNCIA, COM 100 FOLHAS, NUMERADAS DE 1 A 100, FORMATO APROXIMADO DE 16 X 24CM, COM CAPA E CONTRA-CAPA EM CARTÃO RÍGIDO REVESTIDO. UNIDADE.	UNIDADE	HABF	14	1109
				HEC	8	
4	42933	CADERNO ESPIRAL PEQUENO CAPA DURA COM 96 FOLHAS	UNIDADE	HABF	5	252
				HEC	0	
5	47314	CADERNO PEQUENO BROCHURA, 48 FOLHAS PAUTADAS, TAMANHO 140 X 202 MM.	UNIDADE	HABF	4	202

Lote 03						
Item	Código no SIGA	Especificações do objeto no SIGA	Unidade no SIGA	Local	Qdade Mensal	Qdade Pretendida (*)
1	123223	PAPEL PARA ELETROCARDIOGRAMA	ROLO	HABF	25	1470
				HEC	14	
2	71980	PAPEL BIONETE 216/30	ROLO	HABF	4	202
				HEC	0	

Lote 04						
Item	Código no SIGA	Especificações do objeto no SIGA	Unidade no SIGA	Local	Qdade Mensal	Qdade Pretendida (*)
1	238511	PASTA CATALOGO; MATERIAL: CLORETO DE POLIVINILA (PVC); REVESTIMENTO: PLASTICO; PORTA ETIQUETA: COM PORTA ETIQUETA; COR DA PASTA: PRETA; QUANTIDADE DE ENVELOPE: 100 ENVELOPES; ESPESSURA DO ENVELOPE: 0,06 MM; FURCAO: 4 FUROS; PRENDEDOR: COM 4 COLCHETES; LARGURA: 245 MM; ALTURA: 335 MM; UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE.	UNIDADE	HABF	1	50
				HEC	0	
2	254766	PASTA ARQUIVO, TIPO: CATALOGO; MATERIAL: PLASTICO; VISOR FRONTAL EM PVC 9 X 6 CM, TAMANHO OFICIO, CA; COR DA PASTA: PRETA; QUANTIDADE DE	UNIDADE	HABF	14	1016

		ENVELOPE: <b>50 ENVELOPES</b> ; ESPESSURA DO ENVELOPE: 0,10 MM; <b>LARGURA: 250 MM</b> ; <b>ALTURA: 330 MM</b> ; UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE		HEC	10	
3	85879	<b>PASTA FINA TRANSPARENTE COM ELASTICO</b> ; TAMANHO: OFICIO; MATERIAL: POLIPROPILENO; ATOXICO E 100 % RECICLAVEL; COR: TRANSPARENTE; LARGURA APROXIMADA: 235 MM; ALTURA APROXIMADA: 335; UNIDADE DE FORNECIMENTO: PACOTE 10 UNIDADES.	UNIDADE	HABF	56	4586
				HEC	35	
4	155588	<b>PASTA SUSPENSA</b> ; MATERIA: <b>CARTAO TRIPLEX</b> ; ACABAMENTO: MARMORIZADA; COR: CASTANHO; HASTE: PLASTICO; <b>LARGURA: 240MM</b> ; <b>COMPRIMENTO: 360MM</b> ; ACESSORIO: <b>PRENDEDOR INTERNO GRAMPO PLASTICO</b> ; <b>VISOR: ACRILICO</b>	CAIXA	HABF	51	2570
				HEC	0	

Lote 05						
Item	Código no SIGA	Especificações do objeto no SIGA	Unidade no SIGA	Local	Qdade Mensal	Qdade Pretendida (*)
1	25601	GRAFITE PARA LAPISEIRA HB 0,5MM	CAIXA (12 UNIDADES)	HABF	3	151
				HEC	0	
2	11707	GRAFITE; GRADUACAO: 2B; DIAMETRO: 0,7 MM; UNIDADE DE FORNECIMENTO: CAIXA 12 UNIDADES	CAIXA (12 UNIDADES)	HABF	3	151
				HEC	0	
3	103504	LAPIS DERMATOGRAFICO AZUL	UNIDADE	HABF	1	50
				HEC	0	
4	40251	LAPIS DERMATOGRAFICO VERMELHO	UNIDADE	HABF	1	50
				HEC	0	

Lote 06						
Item	Código no SIGA	Especificações do objeto no SIGA	Unidade no SIGA	Local	Qdade Mensal	Qdade Pretendida (*)
1	11735	REGUA GRADUADA ESCOLAR/ESCRITORIO; MATERIAL: <b>PLASTICO FLEXIVEL</b> ; COR: <b>CRISTAL</b> ; <b>GRADUACAO: MILIMETRO-CENTIMETRO</b> ; TAMANHO: <b>50 CM</b> ; UNIDADE DE FORNECIMENTO: <b>PACOTE 6 UNIDADE</b>	UNIDADE	HABF	3	151
				HEC	0	
2	71231	<b>PAPEL ADESIVO</b> TRANSPARENTE, TIPO <b>CONTACT</b> , ROLO 45CM X 25 M	ROLO	HABF	2	554
				HEC	9	
3	53897	BLOCO LEMBRETE AUTO ADESIVO; MATERIAL: <b>PAPEL ADESIVO ACRILICO REPOSICIONAVEL / POST-IT</b> ; <b>LARGURA: 47,6 MM</b> ; <b>COMPRIMENTO: 47,6 MM</b> ; COR: <b>NEON SORTIDOS</b> ; APRESENTACAO: <b>BLOCO 400 FL</b> ; TIPO: CUBO; UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE	BLOCO	HABF	15	1008
				HEC	5	
4	53902	BLOCO LEMBRETE AUTO ADESIVO; MATERIAL: <b>PAPEL ADESIVO ACRILICO REPOSICIONAVEL / POST-IT</b> ; <b>LARGURA: 76 MM</b> ; <b>COMPRIMENTO: 76 MM</b> ; COR: <b>AZUL</b>	BLOCO (100 UNIDADES)	HABF	14	956
				HEC	5	

		NEON; APRESENTACAO: <b>BLOCO 100 FL</b> ; UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE				
--	--	--	--	--	--	--

Lote 07						
Item	Código no SIGA	Especificações do objeto no SIGA	Unidade no SIGA	Local	Qdade Mensal	Qdade Pretendida (*)
1	35414	QUADRO DE ACRÍLICO TAMANHO A4 210MMX297MM, PORTA FOLHETO COM ADESIVO 3M PARA AVISOS DE PORTA	UNIDADE	HABF	109	878
				HEC	100	
1	59177	PERFURADOR PAPEL; MATERIAL: ACO CARBONO; MODELO: ESCRITORIO; COR: PRETA; QUANTIDADE DE VAZADORES: 2 VAZADORES; CAPACIDADE DE PERFURACAO: 20 FL; MARGEADOR: SEM MARGEADOR; MATERIAL DA BASE: PLASTICA, PORTA CONFETE; ALTURA: 70 MM; LARGURA: 120 MM; PROFUNDIDADE: 85 MM; UNIDADE DE FORNECIMENTO: CAIXA 1 UNIDADE	UNIDADE	HABF	4	302
				HEC	2	

Lote 08						
Item	Código no SIGA	Especificações do objeto no SIGA	Unidade no SIGA	Local	Qdade Mensal	Qdade Pretendida (*)
1	2513	TINTA PARA CARIMBO AUTOMATICO - 28ML, NA COR PRETA, COM GARANTIA DE 30 (TRINTA) DIAS	UNIDADE	HABF	4	302
				HEC	2	
2	92974	TINTA COR AZUL PARA CARIMBO	UNIDADE	HABF	3	302
				HEC	3	
3	15522	UMEDECEDOR DE DEDOS EM FORMA DE CREME, LIGEIRAMENTE PERFUMADO QUE DIFICULTA A PROPAGAÇÃO DE FUNGOS E BACTÉRIAS, NÃO TÓXICO, NÃO MANCHA O PAPEL, COMPOSTO DE ÁCIDO GRAXO, GLICOLS, CORANTE ALIMENTÍCIO E ESSÊNCIA AROMÁTICA, NÃO CONTÉM GLICERINA. RECIPIENTE PLÁSTICO CONTENDO 12 GR. VALIDADE MÍNIMA DE 01 ANO, NA DATA DA ENTREGA.UNIDADE	UNIDADE	HABF	9	1058
				HEC	12	
4	77983	PERCEVEJO; MATERIAL: LATAO; TRATAMENTO: LATONADO; FORMATO DA CABECA: CHATA; DIAMETRO DA CABECA: 10 MM; COR: DOURADA; PONTA FIXADORA: PONTA FIXADORA NO MINIMO COM 7MM DE COMPRIMENTO; UNIDADE DE FORNECIMENTO: CAIXA 100 UN	CAIXA (100 UNIDADES)	HABF	1	50
				HEC	0	

(\*) Quantidade Pretendida é o resultado de:  
Quantidade Mensal multiplicado por 12 (doze) meses, dividido por 2 (para apurar a média), multiplicado por 6 (prevendo a inclusão de novas Unidades Hospitalares) e acrescido de 40% de margem de segurança.

Vila Velha/ES, 01 de agosto de 2022

**Carlos José de Vasconcelos Silva**  
Analista de Suprimentos - HABF

**ANEXO II DO EDITAL  
MODELOS DO EDITAL**

**ANEXO II.A – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

À Fundação iNOVA Capixaba

Pelo presente, formulamos nossa Proposta Comercial, de acordo com todas as condições do Termo de Referência, conforme abaixo:

LOTE XXX						
ITEM	CÓDIGO SIGA	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO
1						R\$
2						R\$
VALOR GLOBAL DO LOTE						R\$

1 - Compõem nossa Proposta os seguintes anexos:

1.1 - Proposta Comercial Detalhada, com a indicação do preço unitário e do preço global.

1.2 - Dados Complementares para Assinatura do Contrato.

2 - O prazo de validade desta proposta é de 120 (cento e vinte) dias corridos, contados da data limite para seu acolhimento.

3 - Os preços ora propostos incluem todas as despesas diretas, indiretas, benefícios, tributos, contribuições, seguros e licenças de modo a se constituírem à única e total contraprestação pelo fornecimento dos itens.

Atenciosamente,

(município), (UF), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
(RESPONSÁVEL PELA EMPRESA - Assinatura e Carimbo)

**ANEXO II DO EDITAL  
MODELOS DO EDITAL**

**ANEXO II.B – DADOS COMPLEMENTARES PARA ASSINATURA DO INSTRUMENTO  
CONTRATUAL**

DADOS DO ASSINANTE	
NOME:	
Nº. DE IDENTIDADE/ ÓRGÃO EMISSOR:	
CPF:	
CARGO:	NACIONALIDADE:
ENDEREÇO COMPLETO:	
ESTADO CIVIL:	PROFISSÃO:
DADOS PARA CADASTRO DA PESSOA JURÍDICA	
NOME COMPLETO:	
CNPJ:	
ENDEREÇO COMPLETO:	
E-MAIL:	
TEL.:	FAX:
BANCO ..... AGÊNCIA Nº. .... / DIG.VER. ....	
NÚMERO DA CONTA:	
DADOS DO PREPOSTO	
NOME COMPLETO:	
Nº. DE IDENTIDADE/ ÓRGÃO EMISSOR:	
CPF:	NACIONALIDADE:
CARGO NA EMPRESA:	
ESTADO CIVIL:	PROFISSÃO:

(município), (UF), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
(RESPONSÁVEL PELA EMPRESA - Assinatura e Carimbo)

**ANEXO II DO EDITAL  
MODELOS DO EDITAL**

**ANEXO II.C – TERMO DECLARATÓRIO**

**DECLARAÇÃO**

Em cumprimento as determinações da Lei nº. 8.666/93 e Lei nº. 10.520/02, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº ...../2022, a empresa ..... (razão social) ....., estabelecida à ..... (Endereço Completo) ....., devidamente inscrita no CNPJ sob o nº ....., declara que conhece e aceita todos os parâmetros e elementos para a execução do objeto e em particular que:

- a) Não está impedida de contratar com a Administração Pública, direta e indireta;
- b) Não foi declarada inidônea pelo Poder Público, de nenhuma esfera;
- c) Não existe a superveniência de fato que impeça a sua habilitação/participação nesta licitação estando ciente da sua obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- d) Não existe participação direta ou indireta de servidor público de entidades ou órgãos da Fundação iNOVA no fornecimento objeto do Pregão Eletrônico;
- e) Não possui em seu quadro de pessoal menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 (dezesseis) anos em qualquer outro tipo de trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- f) Que possui plena conhecimento do local e das condições em que serão prestados os serviços, conforme estabelecido em termo de referência ou projeto básico, reconhecendo ainda que tal circunstância retira-nos a possibilidade de qualquer alegação futura de necessidade de adequação de objeto e/ou recomposição (reequilíbrio, revisão ou repactuação) de preços quanto ao aqui declarado;
- g) Se enquadra na condição de ME ou EPP, nos termos do Art. 3º da LC123/2006 e Lei complementar nº 147/2014 e não está inserida nas excludentes hipóteses do § 4º daquele Artigo, para fins do exercício dos benefícios previstos na mencionada lei;

**OU**

- h) Que NÃO se enquadra na condição de ME ou EPP, nos termos da LC 123/2006 e Lei complementar nº 147/2014.

Por ser a expressão da verdade, eu....., Carteira de Identidade nº. ...., CPF Nº ....., representante legal desta empresa, firmo a presente.

OBS.: A falsidade de declaração prestada objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções previstas no instrumento convocatório.

(município), (UF), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
(RESPONSÁVEL PELA EMPRESA - Assinatura e Carimbo)

## ANEXO III DO EDITAL EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

Para habilitar-se no certame, após a fase de disputa, o licitante deverá apresentar a seguinte documentação:

### 1. DA HABILITAÇÃO

1.1 Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que, por sua natureza, não contenham validade, e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por colaborador da unidade que realizará o Pregão, ou publicação em órgãos da imprensa oficial, não sendo aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos neste edital.

1.2 Deverá estar prevista no Estatuto ou Contrato Social da licitante a autorização para empreender atividades compatíveis com o objeto desta Licitação.

1.3 A licitante deverá apresentar cópia de documento de identificação do signatário dos documentos, declarações e proposta comercial e, quando se tratar de procurador deste, deverá apresentar cópia do instrumento procuratório público ou particular, neste último caso com firma reconhecida em cartório que lhe outorgue poderes para prática de todos os atos inerente ao certame.

### 2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

2.1 Registro comercial, no caso de empresa individual;

2.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores;

2.3 Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de documentação que identifique a Diretoria em exercício;

2.4 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

### 3. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.

3.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante certidão conjunta expedida pela RFB/PGFN, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social.

3.3 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual (onde for sediada a empresa e a do Estado do Espírito Santo, quando a sede não for deste Estado).



3.4 Prova de regularidade com a Fazenda Pública Municipal da sede da licitante.

3.5 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.

3.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa.

3.6.1 Caso o objeto contratual venha a ser cumprido por filial da licitante, os documentos exigidos neste item também deverão ser apresentados pela filial executora do contrato, sem prejuízo para a exigência de apresentação dos documentos relativos à sua matriz.

3.6.2 Nos casos de microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas, não se exige comprovação de regularidade fiscal e trabalhista para fins de habilitação, mas somente para formalização da contratação, observadas as seguintes regras:

3.6.2.1 A licitante deverá apresentar, à época da habilitação, todos os documentos exigidos para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que apresentem alguma restrição;

3.6.2.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, é assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

3.6.2.3 O prazo a que se refere o item anterior poderá, a critério da Fundação, ser prorrogado por igual período;

3.6.2.4 Em caso de atraso por parte do órgão competente para emissão de certidões comprobatórias de regularidade fiscal e trabalhista, a licitante poderá apresentar à Fundação outro documento que comprove a extinção ou suspensão do crédito tributário, respectivamente, nos termos dos arts. 156 e 151 do Código Tributário Nacional, acompanhado de prova do protocolo do pedido de certidão;

3.6.2.5 Na hipótese descrita no inciso anterior, a licitante terá o prazo de 10 (dez) dias, contado da apresentação dos documentos a que se refere o parágrafo anterior, para apresentar a certidão comprobatória de regularidade fiscal e trabalhista;

3.6.2.6 O prazo a que se refere o item anterior poderá, a critério da Fundação, ser prorrogado por igual período, uma única vez, se demonstrado pela licitante a impossibilidade de o órgão competente emitir a certidão;

3.6.2.7 A formalização da contratação fica condicionada à regularização da documentação comprobatória de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos dos incisos anteriores, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/1993, sendo facultado à Fundação convocar as licitantes remanescentes e com elas contratar, observada a ordem de classificação, ou revogar a licitação.

#### **4. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

4.1 Comprovação de que o licitante forneceu, sem restrição, produto semelhante ao indicado neste Termo. A comprovação será feita por meio de apresentação de no mínimo 01 (um) atestado, devidamente assinado, carimbado e em papel timbrado da empresa ou órgão tomador do serviço, compatível com o objeto desta contratação.

4.2 Ficha técnica.

4.3 Demais documentos previstos no Termo de Referência.

#### **5. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

5.1 Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, observada a data de validade definida no instrumento.

5.2 No caso de silêncio do documento a respeito de sua validade, a certidão negativa de falência para fins de habilitação, deverá apresentar data de emissão de, no máximo, 90 (noventa) dias anteriores à data fixada para a sessão de abertura da licitação.

5.3 Caso a licitante se encontre em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser apresentada, por meio da documentação apropriada, a sentença homologatória do plano de recuperação judicial, além do cumprimento dos demais requisitos de habilitação constantes neste Edital.

#### **6. DA DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII, ART. 7º, DA CF**

6.1 Declaração de que inexistente, no quadro funcional da empresa, menor de dezoito anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou menor de dezesseis anos executando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos (Lei 9.854/1999), conforme modelo constante no Anexo II do Edital.

#### **7. DAS REGRAS RELATIVAS AO CRC/ES**

7.1 Os licitantes que desejarem se cadastrar perante o Cadastro de Fornecedores do Estado do Espírito Santo (CRC/ES) deverão seguir as regras estabelecidas pelo Decreto Estadual 2.394-R/2009 e demais normas complementares.

7.2 Fica o licitante - cadastrado ou habilitado parcialmente - obrigado a declarar, sob as penalidades legais, a eventual ocorrência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação.

#### **8. DA COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE OU EQUIPARADAS**

8.1 A comprovação da condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada poderá ser apresentada à época da contratação e será feita na forma dos itens seguintes.

## **8.2 Licitantes optantes pelo Sistema Simples Nacional de Tributação, regido pela Lei Complementar 123/2006:**

8.2.1 Comprovante de opção pelo Simples obtido no site do Ministério da Fazenda, (<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Aplicacoes/ATBHE/ConsultaOptantes.app/ConsultarOpcao.aspx>) ou do site do SINTEGRA (<http://www.sintegra.gov.br>), desde que o comprovante de fato ateste a opção pelo Simples.

8.2.2 Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos do § 4º do art. 3º da LC 123/2006.

## **8.3 Licitantes não optantes pelo Sistema Simples de Tributação:**

8.3.1 Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do art. 3º da LC 123/06;

8.3.2 - Cópia da Declaração de Informação Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ, **em conformidade com a Instrução Normativa RFB Nº 2004, de 18 de janeiro de 2021** e respectivo recibo de entrega, em conformidade com o Balanço e a DRE.

8.3.3 Comprovante de inscrição e situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

8.3.3 Cópia do contrato social e suas alterações; e

8.3.4 Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do art. 3º da LC 123/06.

8.4 Os documentos aos quais se refere este item poderão ser apresentados após a convocação para assinar o contrato, ainda que as microempresas, e pequenas empresas ou equiparadas não optantes pelo Sistema Simples Nacional de Tributação possuam habilitação parcial no CRC/ES.

8.5 O licitante que invocar a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte e não apresentar os documentos comprobatórios respectivos ficará impedido de licitar e de contratar com o Estado do Espírito Santo, e será descredenciado do CRC/ES, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas fixadas neste edital e das demais cominações legais.

8.6 Em caso de empresário ou sociedade empresária submetida ao registro obrigatório na Junta Comercial, fica dispensada a apresentação da cópia do contrato social e suas alterações, desde que seja apresentada a Certidão Simplificada da Junta Comercial da qual conste o enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada, expedida em prazo não superior a 15 dias da data marcada para a abertura das propostas.

**ANEXO IV DO EDITAL  
MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – ARP**

ARP nº \_\_\_\_/2022

Pregão nº \_\_\_\_/2022

Processo nº \_\_\_\_\_

Pelo presente instrumento, a **FUNDAÇÃO ESTADUAL DE INOVAÇÃO EM SAÚDE – INOVA CAPIXABA**, Fundação Pública com Personalidade Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o nº 36.901.264/0001-63, com sede na Avenida Castelo Branco, nº 1.970 – Bairro: Olaria, Vila Velha/ES, CEP. 29.100-590, representada legalmente pelo seu **Diretor de Gente, Gestão, Finanças e Compras**, \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_, e **Diretor de Operações, Logística, Tecnologia da Informação e Comunicação, Infraestrutura e Manutenção**, \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_, considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO, PARA REGISTRO DE PREÇOS, sob nº \_\_\_\_\_, **RESOLVE** registrar os preços da empresa, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, e regido pela Lei 10.520/2002, pelo Decreto Estadual 2.458-R/2010, pelo Decreto Estadual 1.790-R/2007, pela Lei 8.666/1993 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir.

**1. DO OBJETO**

1.1 A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE \_\_\_\_\_ NOME DO OBJETO \_\_\_\_\_**.

1.2 Integram esta Ata, como partes indissociáveis e independentemente de transcrição, os seguintes anexos:

- (a) Anexo I - Especificação dos preços.
- (b) Anexo II – Termo de Referência.
- (c) Anexo III - Minuta de Ordem de Fornecimento.
- (d) a Proposta Comercial da Contratada.

**2. DO PREÇO**

2.1 Os preços a serem pagos coincidem com os preços definidos no Anexo desta Ata, e nele estão inclusas todas as espécies de tributos, diretos e indiretos, encargos sociais, seguros, fretes, material, mão de obra e quaisquer despesas inerentes à compra.

2.2 Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis, ressalvado o disposto no item 3 deste instrumento.

2.3 A existência de preços registrados não obrigará a Fundação a firmar contratações que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica ou a contratação direta para a aquisição pretendida nas hipóteses previstas na Lei 8.666/1993, mediante

fundamentação, assegurando-se ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

### **3. DA ALTERAÇÃO DO PREÇO PRATICADO NO MERCADO E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

3.1 Quando, por motivo superveniente, o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado pelo mercado, o órgão gerenciador deverá:

3.1.1 Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

3.1.2 Frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido.

3.1.3 Convocar os demais fornecedores para conceder igual oportunidade de negociação.

3.2 Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante oferta de justificativas comprovadas, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

3.2.1 Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de sanção administrativa, desde que as justificativas sejam motivadamente aceitas e o requerimento ocorra antes da emissão de ordem de fornecimento.

3.2.2 Convocar os demais fornecedores para conceder igual oportunidade de negociação.

3.3 Não logrando êxito nas negociações, o órgão gerenciador deve proceder à revogação da Ata de Registro de Preços e à adoção de medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

3.4 Em caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, será adotado o critério de revisão, como forma de restabelecer as condições originalmente pactuadas.

3.5 A revisão poderá ocorrer a qualquer tempo da vigência da Ata, desde que a parte interessada comprove a ocorrência de fato imprevisível, superveniente à formalização da proposta, que importe, diretamente, em majoração ou minoração de seus encargos.

3.5.1 Em caso de revisão, a alteração do preço ajustado, além de obedecer aos requisitos referidos no item anterior, deverá ocorrer de forma proporcional à modificação dos encargos, comprovada minuciosamente por meio de memória de cálculo a ser apresentada pela parte interessada.

3.5.2 Dentre os fatos ensejadores da revisão, não se incluem aqueles eventos dotados de previsibilidade, cujo caráter possibilite à parte interessada a sua aferição ao tempo da formulação/aceitação da proposta, bem como aqueles decorrentes exclusivamente da variação inflacionária, uma vez que inseridos, estes últimos, na hipótese de

reajustamento, modalidade que não será admitida neste registro de preços, posto que a sua vigência não supera o prazo de um ano.

3.5.3 Não será concedida a revisão quando:

3.5.3.1 Ausente a elevação de encargos alegada pela parte interessada.

3.5.3.2 O evento imputado como causa de desequilíbrio houver ocorrido antes da formulação da proposta definitiva ou após a finalização da vigência da ata.

3.5.3.3 Ausente o nexo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos atribuídos à parte interessada.

3.5.3.4 A parte interessada houver incorrido em culpa pela majoração de seus próprios encargos, incluindo-se, nesse âmbito, a previsibilidade da ocorrência do evento.

3.6 Em todo o caso, a revisão será efetuada por meio de aditamento contratual, precedida de análise pela Assessoria Jurídica da iNOVA Capixaba, e não poderá exceder o preço praticado no mercado.

#### **4. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

4.1 O preço registrado poderá ser cancelado nas seguintes hipóteses:

4.1.1 Pela Fundação, quando houver comprovado interesse público, ou quando o fornecedor:

4.1.1.1 Não cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços.

4.1.1.2 Não formalizar contrato decorrente do Registro de Preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável.

4.1.1.3 Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de se tornar este superior aos praticados no mercado.

4.1.1.4 Incorrer em inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços.

4.1.2 Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação formal e expressa, comprovar a impossibilidade, por caso fortuito ou força maior, de dar cumprimento às exigências do instrumento convocatório e da Ata de Registro de Preços.

4.2 O cancelamento do registro de preços por parte da Fundação, assegurados a ampla defesa e o contraditório, será formalizado por decisão da autoridade competente.

4.2.1 O cancelamento do registro não prejudica a possibilidade de aplicação de sanção administrativa, quando motivada pela ocorrência de infração cometida pelo particular, observados os critérios estabelecidos na cláusula décima segunda deste instrumento.

4.3 Da decisão da autoridade competente se dará conhecimento aos fornecedores, mediante o envio de correspondência, com aviso de recebimento.

4.4 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será efetivada através de publicação na imprensa oficial, considerando-se cancelado o preço registrado, a contar do terceiro dia subsequente ao da publicação.

4.5 A solicitação, pelo fornecedor, de cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, instruída com a comprovação dos fatos que justificam o pedido, para apreciação, avaliação e decisão da Fundação.

## **5. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

5.1 A Contratante pagará à Contratada pelos produtos adquiridos, até o décimo dia útil após a apresentação da Nota Fiscal correspondente, devidamente aceita pelo Contratante, vedada a antecipação.

5.2 Decorrido o prazo indicado no item anterior, incidirá multa financeira nos seguintes termos:

$$VM = VF \times \frac{12}{100} \times \frac{ND}{360}$$

Onde:

V.M. = Valor da Multa Financeira.

V.F. = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.

ND = Número de dias em atraso.

5.3 O pagamento far-se-á por meio de uma única transferência bancária.

5.4 Incumbirão à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso da nota fiscal devida, a ser revisto e aprovado pela Contratante, juntando-se o cálculo minucioso.

5.6 Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal, a mesma será devolvida à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela Contratante.

## **6. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA E DOS CONTRATOS**

6.1 O prazo de vigência dessa Ata de Registro de Preços é de 01(um) ano, contado do dia posterior à data de sua publicação no Diário Oficial, vedada a sua prorrogação.

6.2 O prazo de vigência das contratações decorrentes desse registro de preços apresentará como termo inicial o recebimento da ordem de fornecimento e como termo final o recebimento definitivo dos produtos pela Fundação, observados os limites de prazo de entrega fixados no Anexo I do Edital, e sem prejuízo para o prazo mínimo de garantia e validade dos produtos adquiridos.

## **7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

7.1 Os recursos necessários ao pagamento das despesas inerentes a este Contrato correrão do orçamento da Fundação iNOVA Capixaba - Matriz e filiais para o exercício de 2022.

## **8. DA CONVOCAÇÃO PARA RECEBER A ORDEM DE FORNECIMENTO**

8.1 A emissão da Ordem de Fornecimento constitui o instrumento de formalização da aquisição com os fornecedores, devendo o seu resumo ser publicado na Imprensa Oficial, em conformidade com os prazos estabelecidos na Lei 8.666/1993.

8.2 Quando houver necessidade de aquisição dos produtos por algum dos órgãos participantes da Ata, o fornecedor será convocado para receber a ordem de fornecimento no prazo de até 2 (dois) dias úteis.

8.3 A Fundação poderá prorrogar o prazo fixado no item anterior, por igual período, nos termos do art. 64, § 1º, da Lei 8.666/1993, quando solicitado pelo fornecedor, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo ente contratante.

8.4 Se o fornecedor se recusar a receber a ordem de fornecimento ou se não dispuser de condições de atender integralmente à necessidade da Fundação, poderá a ordem de fornecimento ser expedida para os demais proponentes cadastrados que concordarem em fornecer os produtos ao preço e nas mesmas condições do primeiro colocado, observada a ordem de classificação.

## **9. DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO**

9.1 A entrega dos materiais dar-se-á nos termos e prazos estabelecidos no Termo de Referência (Anexo I do Edital).

9.2 Os materiais serão entregues em dias úteis, nos endereços e horários indicados no Termo de Referência (Anexo I do Edital).

9.3 A Fundação designará servidor (ou comissão de, no mínimo, três membros, na hipótese de compras de valor superior a R\$ 80.000,00, conforme o art. 15, § 8º, da Lei 8.666/1993) para recebimento do objeto contratual da seguinte forma:

9.3.1 Provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação demandada e com a proposta apresentada, atestado por escrito.

9.3.2 Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, no prazo estipulado no Termo de Referência, mediante Termo de Recebimento Definitivo.

9.4 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.5 No caso de os objetos serem entregues em desconformidade, a CONTRATADA será notificada da recusa, parcial ou total, para realizar a correção de falhas ou a substituição por outros, em até 05 (cinco) dias úteis, ou no prazo remanescente para a entrega fixado em contrato, se for superior e ainda estiver em curso, renovando-se, a partir da nova entrega, o prazo para recebimento definitivo.

9.6 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da



contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

## **10. DA GARANTIA E DO PRAZO DE VALIDADE DOS MATERIAIS**

10.1 Os produtos objeto deste Registro de Preços terão garantia em conformidade com o exigido no Anexo I – Termo de Referência.

## **11. DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

11.1 Compete à Contratada:

- (a) Entregar os materiais de acordo com as condições e prazos propostos, inclusive quanto à validade/garantia.
- (b) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente do Contratante.
- (c) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/1993.
- (d) Garantir a execução qualificada do contrato durante o período de garantia;
- (e) Observar vedação da subcontratação no todo ou em parte, do objeto contratado.
- (f) Cumprir todos os requisitos constantes no Anexo I do Edital – Termo de Referência

11.2 Compete à Contratante:

- (a) Efetuar o pagamento do preço previsto nos termos deste instrumento.
- (b) Definir o local para entrega dos materiais adquiridos.
- (c) Designar colaborador (ou comissão de, no mínimo, 3 três membros, na hipótese do § 8º do art. 15 da Lei 8.666/1993) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da entrega dos produtos adquiridos.

## **12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1 O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o licitante contratado à aplicação de multa de mora, nas seguintes condições:

12.1.1 Fixa-se a multa de mora em 0,3 % (três décimos por cento) por dia de atraso, a incidir sobre o valor total reajustado do contrato, ou sobre o saldo reajustado não atendido, caso o contrato encontre-se parcialmente executado.

12.1.2 Os dias de atraso serão contabilizados em conformidade com o cronograma de execução do contrato.

12.1.3 A aplicação da multa de mora não impede que a Fundação rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas neste instrumento e na Lei 8.666/1993.

12.2 A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a aplicação das seguintes

sanções ao licitante contratado:

(a) Advertência.

(b) Multa compensatória por perdas e danos, no montante de até 10% (dez por cento) sobre o saldo contratual reajustado não executado pelo particular.

(c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Fundação, por prazo não superior a 02 (dois) anos, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/93.

(d) Impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, especificamente nas hipóteses em que o licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e o art. 28 do Decreto 2.458-R/2010.

(e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, em toda a Federação enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea “c”.

12.2.1 As sanções previstas nas alíneas “a”, “c”; “d” e “e” deste item não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas juntamente com a multa compensatória por perdas e danos (alínea “b”).

12.2.4 Confirmada a aplicação de quaisquer das sanções administrativas previstas neste item, competirá ao órgão promotor do certame proceder com o registro da ocorrência no CRC/ES, e a SEGER, no SICAF, em campo apropriado. No caso da aplicação da sanção prevista na alínea “d”, deverá, ainda, ser solicitado o descredenciamento do licitante no SICAF e no CRC/ES.

12.3 As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:

(a) Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o órgão promotor do certame deverá notificar o licitante contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia.

(b) A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta do licitante contratado reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa.

(c) O prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis a contar da

intimação, exceto na hipótese de declaração de inidoneidade, em que o prazo será de 10 (dez) dias consecutivos, devendo, em ambos os casos, ser observada a regra do art. 110 da Lei 8666/1993.

(d) O licitante contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do contrato, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação.

(e) Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, o órgão promotor do certame proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do licitante que deverá ser exercido nos termos da Lei 8.666/1993.

(f) O recurso administrativo a que se refere a alínea anterior será submetido à análise da Assessoria Jurídica da iNOVA.

12.4 Os montantes relativos às multas moratória e compensatória aplicadas pela Fundação poderão ser cobrados judicialmente ou descontados dos valores devidos ao licitante contratado, relativos às parcelas efetivamente executadas do contrato.

12.5 Nas hipóteses em que os fatos ensejadores da aplicação das multas acarretarem também a rescisão do contrato, os valores referentes às penalidades poderão ainda ser descontados da garantia prestada pela contratada.

12.6 Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor do licitante contratado, é obrigatória a cobrança judicial da diferença.

12.7 Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à Fundação na licitação ou na execução do contrato, nos termos da Lei 12.846/2013, será objeto de imediata apuração observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção.

### **13. DA SUPERVENIENTE IRREGULARIDADE FISCAL OU TRABALHISTA**

13.1 Constatado que o CONTRATADO não se encontra em situação de regularidade fiscal ou trabalhista, o mesmo será notificado para no prazo de 10 (dez) dias úteis regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, observando-se o procedimento de aplicação de sanções.

13.2 Transcorrido esse prazo, ainda que não comprovada a regularidade e que não seja aceita a defesa apresentada, o pagamento será efetuado, sem prejuízo da tramitação do procedimento de aplicação de sanções.

13.3 Em não sendo aceitas as justificativas apresentadas pelo CONTRATADO, será imposta multa de 2% (dois por cento) sobre o saldo contratual não executado.

13.4 Depois de transcorridos 30 (trinta) dias úteis da notificação da multa, se a empresa não regularizar a pendência fiscal ou trabalhista, deverá a Fundação decidir sobre iniciar

ou não procedimento de rescisão do contrato, podendo deixar de fazê-lo se reputar que a extinção antecipada do contrato ocasionará expressivos prejuízos ao interesse público.

#### **14. DA RESCISÃO**

14.1 A rescisão da Ata poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos arts. 78 e 79 da Lei 8.666/1993, no que couberem, com aplicação do art. 80 da mesma Lei, se for o caso.

#### **15. DOS ADITAMENTOS**

15.1 A presente Ata poderá ser aditada, estritamente, nos termos previstos na Lei 8.666/1993, após manifestação formal da Assessoria Jurídica da iNOVA.

#### **16. DOS RECURSOS**

16.1 Os recursos, representação e pedido de reconsideração, somente serão acolhidos nos termos do art. 109, da Lei 8.666/1993.

#### **17. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

17.1 A execução do contrato será acompanhada por colaborador ou comissão designada pela Fundação iNOVA Capixaba, nos termos do art. 67 da Lei 8.666/1993, que deverá atestar a execução do objeto contratado, observadas as disposições deste instrumento, sem o que não será permitido qualquer pagamento.

#### **18. DO FORO**

18.1 Fica eleito o foro de Vila Velha, município do Estado do Espírito Santo, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais.

(Local), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
ÓRGÃO GERENCIADOR

\_\_\_\_\_  
ÓRGÃO PARTICIPANTE

\_\_\_\_\_  
FORNECEDOR

**ANEXO "A" – ARP DE Nº \_\_\_\_/2022**

Este documento é parte integrante da Ata de Registro de Preços – ARP nº \_\_\_\_/2022, celebrada entre a Fundação iNOVA Capixaba e a empresa cujos preços estão a seguir registrados por lote, em face à realização do Pregão de nº \_\_\_\_/2022.

**PROPOSTA VENCEDORA DO LOTE 01:**

1º) \_\_\_\_ NOME DA EMPRESA \_\_\_\_

LOTE ____						
ITEM	CÓDIGO SIGA	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD	MARCA	VALOR UNITÁRIO
1	_____	_____	_____	_____	_____	R\$ _____
<b>VALOR GLOBAL DO LOTE</b>				<b>R\$ _____</b>		

**CLASSIFICAÇÃO DO LOTE 01:**

FORNECEDOR	VALOR TOTAL
2º) ____ NOME DA EMPRESA ____	R\$ _____
3º) ____ NOME DA EMPRESA ____	R\$ _____

**ANEXO "B" – ARP DE Nº \_\_\_\_/2022**  
**MINUTA DE ORDEM DE FORNECIMENTO**

Ordem de Fornecimento nº \_\_\_\_ / 2022.

Ref. Ata de Registro de Preços - ARP nº \_\_\_\_ /2022.

À Empresa

Endereço

CNPJ

Telefone

Autorizamos V.S.<sup>a</sup> a fornecer os materiais adiante discriminados, observadas as especificações e demais condições constantes do Edital e Anexo I do Pregão nº \_\_\_\_/2022, da Ata de Registro de Preços – ARP acima referenciada e sua proposta no Processo nº \_\_\_\_\_.

**I – DO OBJETO**

\_\_\_\_\_ DESCRIÇÃO DO OBJETO \_\_\_\_\_

Marca/referência: \_\_\_\_\_

Quantidade/Unidade	Valor Unitário em R\$	Valor Total em R\$

**II - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Os recursos necessários ao pagamento das despesas inerentes a este Contrato correrão do orçamento da Fundação iNOVA Capixaba - Matriz e filiais para o exercício de 2022.

**III - DAS DEMAIS CONDIÇÕES**

As condições de recebimento dos produtos, bem como de pagamento, obedecerão ao disposto na ata de registro de preços em epígrafe.

(Local), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Fundação iNOVA Capixaba

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA